

MEUS SENHORES E MINHAS SENHORAS

Acabamos de comemorar o 25 de Abril de 1974.

A revolução devolveu-nos a liberdade, a cidadania, a democracia e a dignidade.

A revolução terminou com a guerra colonial e o novo poder político dela imamente reconheceu aos povos e territórios não autônomos sob nossa administração, o direito inquestionável que lhes assistia de autodeterminarem os seus destinos.

Na letra e espírito da Carta e das Resoluções 1514 (XV) e 1541 (XV) das Nações unidas promovemos os processos de descolonização desses territórios.

Em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, à parte algumas vicissitudes, os povos puderam autodeterminar-se e, em consequência do exercício desse direito, nasceram os cinco países africanos de expressão portuguesa.

Em Timor Leste, onde tínhamos iniciado um processo de descolonização semelhante, o povo não pôde exercer o direito à autodeterminação e in dependência, em virtude de o território ter sido abrupta e brutalmente invadido e ocupado pelas forças armadas indonésias.

A comunidade internacional nunca compreendeu muito bem as causas, porque um processo à partida simples, acabou por conduzir a uma situação que já provocou a morte de mais de 200 000 timorenses, está a pôr em causa a identidade física e cultural de todo um povo e é responsável pela instabilidade e insegurança dessa região do Pacífico.

Na verdade a inexistência de conflitos no território, à data da revolução de 25 de Abril de 1974, e as declarações do Governo Indonésio desmentido qualquer pretensão sobre a área, faziam prever um processo de descolonização pacífico e rápido.

Os factos vieram desmentir as previsões e as expectativas.

O tempo veio a clarificar as coisas. Ao fim de 13 anos de ocupação do território de Timor Leste, a opinião pública começa finalmente a perceber que o regime de Djcarta, mais não fez,- ao longo deste período de que, em nome de valores como os da estabilidade e segurança da região e de receios, como os do comunismo,-que usar disfarces para esconder as suas verdadeiras intenções colonialistas, expansionistas e totalitárias.

A existência de importantes jazidas de petróleo no mar de Timor e a necessidade de mais espaço para albergar uma população em crescimento acelerado são as causas que realmente impedem a Indonésia de aceitar um Timor Leste independente.

Esta crua verdade tem necessariamente que fazer mudar ~~as~~ atitudes de alguns países da região que irresponsavelmente, tem vindo a apoiar as posições da Indonésia.

A Australia, nomeadamente dada a sua proximidade, e a extensão do seu território tem que ter presente ~~e~~ que pode ser o próximo alvo do expansionismo Indonésio.

O argumento dos perigos do comunismo deixou de ter qualquer significado. A Convergência Nacionalista tem um programa e modelo de organização política inspirada nos do mundo ocidental, e já anunciou a sua neutralidade em relação aos blocos ideológico-militares.

As razões da estabilidade regional deixaram igualmente de ter qualquer crédito. A realidade veio mostrar exactamente o contrário. Timor Leste, após a invasão, é uma área de guerra e um foco de instabilidade permanente para a região. A demonstrá-lo temos a existência de uma guerrilha activa e o encerramento do território a vistas exteriores.

A justiça manda que se refira que as Nações Unidas, o PE, a U.I.P., e outras importantes e representativas organizações internacionais nunca aprovaram o procedimento da Indonésia, condenaram regular e publicamente a ilegalidade, desumanidade e imoralidade dos seus actos e sempre recusaram o reconhecimento da anexação do território.

No entanto, temos que reconhecer que, por outro lado estas mesmas organizações têm sido incapazes de fazer respeitar os tratados internacionais que estabeleceram o quadro jurídico para a regulação destas questões e lamentavelmente, há mesmo países, que são cúmplices com o regime totalitário de Djakarta e portanto moral e politicamente responsáveis pelos crimes cometidos contra o povo timorense e pelos descrédito e falta de eficácia das instituições.

A evolução democrática que se está a processar em alguns países da região, a par de alguns acontecimentos que se prevê venham a ter lugar no território de Timor Leste, dão-nos a esperança que a causa de Timor possa vir a ter desenvolvimentos muito positivos nos próximos tempos.

Em primeiro lugar julgamos de extrema importância salientar as mudanças de regime que se processaram nas Filipinas e no Paquistão e admitir que esses eventos possam ter alguma repercussão na política interna da Índia.

Por outro lado temos enormes expectativas nas prováveis visitas de SS. o Papa João Paulo II e de uma delegação parlamentar portuguesa a Timor Leste.

A deslocação de Sua Santidade, caso venha a ter lugar irá cer-

tamente ter consequências inimagináveis no desenvolvimento do problema de Timor Leste. Sua Santidade vai poder informar-se directamente da situação no território e os timorenses poder-lhe-ão confiar, sem receios as suas preocupações e anseios e relatar-lhe as humilhações, perseguições e violações a que têm sido sujeitos, em consequência do seu cativeiro e isolamento. João Paulo II não deixará de ser o porta-voz dos direitos do povo timorense e estamos confiantes que desenvolverá todas as acções necessárias para que este povo mártir possa reassumir em plenitude, a dignidade da sua condição humana.

O início de negociações em Nova York entre representantes dos Governos de Portugal e da Indonésia, sob os auspícios do Secretário-Geral das Nações Unidas, é por si só, e ^{independentemente} dos resultados que se venham a obter, uma vitória para a causa do povo timorense. Ao aceitar negociar esta questão no quadro das Nações Unidas a Indonésia nunca mais poderá invocar que a questão de Timor Leste é uma mera questão de política interna. A Indonésia acabou finalmente por reconhecer/que Timor Leste é uma questão do foro internacional e que é nesse quadro que o problema tem de ser resolvido.

Se as conversações tiverem sucesso estamos confiantes em que a resolução do conflito está ao alcance das partes.

Os termos de referência postos pela Assembleia da República

Portuguesa para visitar o território, são suficientes para que se possa garantir que os interesses e os direitos do povo timorense estão conscientemente assegurados.

Claro está que não podemos adormecer confiados nesta conjuntura favorável.

A Indonésia só cede se a tal a obrigarmos.

Algo se fez. Muito há ainda a fazer.

Para o êxito da nossa empresa importa manter e alargar o apoio da opinião pública mundial.

Por tal motivo consideraria particularmente útil que, neste ano, a Assembleia da República Portuguesa promovesse, a permanentemente adiada Conferência Internacional Parlamentar sobre Timor Leste.

Estamos na época da informação. Quem a dominar, dominará o Mundo.

Termino, felicitando a Reitoria da Universidade do Porto pela iniciativa que tomou de promover estas Jornadas sobre Timor Leste.

Na verdade Timor Leste é uma questão Nacional.

Porto, 29 de Abril de 1989

RAÚL DE BRITO